



# ESTADO DA PARAÍBA

## CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS –CEDH/PB

Relatório da Audiência Pública do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-PB)  
em Mari – 5 de setembro de 2012

**Conselheiros Presentes:** Duciran Farena, Guiany Campos, Valdênia Lanfranchi, padre João Bosco (presidente do CEDH), Renato Lanfranchi, Marinho Mendes, Laura Berquó, Nazaré Zenaide.

**Presenças locais:** padre Luis Carmona, Maria das Neves (Clube de Mães), padre Jardiel, irmã Cristiane (Clarissas), presidente da Câmara, presidenta do Sindicato, Vania Monteiro, secretária de Ação Social do Município, Valdilene, assessor do promotor de Justiça local, vereadora Célia e outras autoridades civis contituídas.

**Ausentes:** representante do Poder Judiciário, representante do Ministério Público local (mandou assessor).



O Município de Mari dista cerca de 60 Km da Capital da Paraíba, João Pessoa. Sua população é de aproximadamente 21 mil habitantes. O município é considerado, no panorama estadual, de desenvolvimento regular (0,5409, índice FIRJAN), sendo que de baixo desenvolvimento, no quesito “emprego e renda” (0,3043, índice FIRJAN)

Mari foi escolhida para esta audiência pública pelos elevado índice de homicídios ali registrados, 20 mortes desde o início do ano. A audiência teve início com declarações do delegado Reinaldo Nóbrega, segundo o qual, tem sido desenvolvido um trabalho árduo de combate ao tráfico de drogas, dificultado pela ausência de ações do poder público, de políticas públicas para os adolescentes e jovens. O delegado manifestou-se pela necessidade de apoio do Poder Judiciário para que as prisões sejam mantidas. O delegado afirmou ainda que das 20 mortes, dezoito ocorreram por motivos ligados ao tráfico e outras duas por outros motivos, mas as autorias foram esclarecidas. Informou ainda que um fator dificultador é o fato de que a Promotoria de Mari também responde por outras comarcas. Sobre a estrutura disponível, informou que conseguiu viatura zero km para a polícia, três agentes e um prédio melhor. Há computador e internet. Já solicitou viatura descaracterizada para as diligências, que muitas vezes são feitas em seu veículo particular. O novo comandante da guarnição em Mari informou que esta é composta por 20 homens, divididos em 5 grupos e 4 viaturas. Informou sobre a realização de rondas. Segundo a vereadora Vânia Monteiro, presidente da Câmara, a cidade vive um clima de medo. Há notícias de ameaças, inclusive a vereador que já teria enviado expediente à Secretaria de Segurança a respeito. Padre Luiz relatou abandono de meninas acolhidas no abrigo mantido pela paróquia. Este ano foi assassinada uma mãe e duas filhas dela estão no abrigo. As meninas já teriam recebido recado para tomarem cuidado com o que falam. A maior parte das abrigadas são filhas de vítimas da violência. Foi indagado sobre a execução dos programas bolsa família e merenda escolar no Município. Foi mencionada a insegurança existente na área rural. Foi denunciada a existência de uma “lei do silêncio” em Mari. Foi denunciada a invasão de conjuntos habitacionais do Município por traficantes que ali fazem ponto de droga. Foi dito que há um alto índice de crimes sexuais em Mari, há muitos motéis e prostitutas se exibem nas ruas. Em seguida, foram discutidas ações da Secretaria de Ação Social de Mari para fornecer alternativas à população jovem. A secretária queixou-se de que as mães se recusam a mandar os filhos para acompanhamento no PETI, CRAS, etc. Há muita mendicância de crianças, que não querem ficar nos programas. Professores são ameaçados nas salas de aula. O representante do prefeito disse que o Município oferece Mais Educação (horário integral), academias

públicas e tem buscado implantar programas de geração de emprego e renda. Já o Conselho Tutelar conta com internet, servidores, veículos e há uma casa de passagem no Município. Mari não tem código de postura e a Lei Orgânica está desatualizada. Os representantes do presentes não souberam dizer a classificação (nota) obtida pelo Município no IDEB. Participantes questionaram a implantação do Mais Educação em algumas escolas, afirmando não haver estrutura nem atividades complementares. Foi denunciada superlotação nas salas de aula.



Ao final da audiência, foram adotados os encaminhamentos a seguir aos seguintes responsáveis:

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO** - Para informar sobre o funcionamento das escolas estaduais e sobre a prática do “horário corrido”.

**SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO** – solicitar projeto de segurança pública para Mari e projeto de inteligência. Informar sobre investigações a respeito de desvios no Bolsa Família. Implantar a patrulha escolar e fortalecer a patrulha rural. Fornecer viatura descaracterizada para a delegacia local. Implantar programa de proteção às vítimas e testemunhas e assegurar a proteção das testemunhas ameaçadas, enquanto não implantado.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA** – Designar promotor de Justiça próprio para o Município. Elaborar um plano de ação para o Município, com inspeções constantes nas áreas de educação, segurança e assistência social. Promover o fechamento de bares e motéis irregulares.

**MUNICÍPIO DE MARI** – Elaborar projetos sociais e culturais próprios, sem embargo dos programas federais existentes. Melhorar a iluminação pública. Assegurar o cumprimento dos horários de funcionamento das escolas, o fornecimento da merenda escolar e a execução integral do “Mais Educação”.

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ESTADO** – Elaborar projeto específico para Mari. Acompanhar as políticas públicas de promoção social existentes em Mari.

**CEDH** – Cobrar o cumprimento destas recomendações. Realizar reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Retornar a Mari para acompanhar o cumprimento das recomendações.

